



Mailson: os entendimentos estão bem encaminhados.

VENHAÍ UM ACORDO DIFERENTE

A nossa dívida externa vai ser tratada de forma diversa daquela imaginada pelo Brasil e pelos bancos. É a previsão do ministro Mailson da Nóbrega.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez ontem um amplo relato ao presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, sobre seus recentes entendimentos com autoridades econômicas dos Estados Unidos para levar ao acordo — previsto para os próximos dias — de refinanciamento dos juros que vencem este ano. E o Congresso também já começa a entrar na questão da dívida, sem que esteja garantido um alinhamento com a anunciada volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI). “Não temos compromisso de apoio a essa estratégia”, disse ontem o senador Carlos Chiarelli, disposto a reunir a Comissão Especial da Dívida Externa na próxima sexta — no máximo segunda-feira — para levar uma posição ao plenário do Congresso.

Após sua audiência com o presidente Sarney, o ministro Mailson da Nóbrega previu que o acordo final com os credores deverá ser diferente das propostas apresentadas pelo Brasil e pelos bancos:

— Tenho a impressão de que nem a nossa posição nem a posição dos bancos deverá ser acatada na mesa de negociação. Devemos convergir para um ponto que seja satisfatório para o País e para os ban-

cos, e que seja também adequado ao financiamento do balanço de pagamento do Brasil — afirmou o ministro.

Mas já está definido que nesse acordo definitivo o governo brasileiro vai pedir *waiver* (perdão) aos bancos. Também estão previstas por Mailson no acerto final a inclusão de questões como *spread*, forma de aplicação, fórmula de cálculo das taxas de juros, Libor, prime-rate, operações de empréstimos, conversão da dívida em capital e a possibilidade de lançamento de bônus brasileiro no futuro.

O Brasil está muito próximo de um acordo com os credores, segundo Mailson. E para reforçar esse ponto de vista, ele citou a reunião de domingo entre o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e representantes dos bancos, em Nova York, “onde os avanços foram significativos”. Depois de fechado o acordo sobre o montante dos novos empréstimos — a primeira proposta do Brasil era para conseguir US\$ 7 bilhões, mas os bancos só se dispuseram a emprestar US\$ 5 bilhões —, o ministro da Fazenda quer iniciar novos entendimentos sobre a questão da taxa de risco *spread*, hoje em 1,6%, mas que o Brasil quer reduzir à metade.

— Estes me parecem os pontos principais do acordo — definiu Mailson. — Os outros, como fórmula de cálculo das taxas de juros, operação de empréstimo e forma de aplicação estão sendo discutidos com os bancos e ainda levará algum tempo até que sejam acertados.

A volta do Brasil ao FMI foi classificada pelo senador Carlos Chiarelli como “algo surpreendente e uma mudança radical”. Segundo disse, nas reuniões da Comissão da Dívida Externa do Senado — da qual é presidente — em momento algum se vinculou o acordo do FMI com o dos bancos credores. “O que vimos foi uma divergência completa com os discursos de Sarney. Por isso, vamos fazer uma análise total do processo, com base em relatório do senador Fernando Henrique Cardoso.”

Por sua vez, o coordenador do Grupo de Economia do PMDB, deputado Irajá Rodrigues, afirmou que “o retorno do Brasil ao FMI representa a recessão, o arrocho salarial, o desemprego e a submissão do País aos grupos financeiros internacionais”. A volta do monitoramento do FMI, na sua opinião, significa que o governo abdica da sua soberania.